

## “QUE FIZERAM COM MEU PAI?”: SINDICALISMO E DITADURA NO AMAZONAS

César Augusto Bubolz Queirós<sup>1</sup> 

**Resumo:** A história da Ditadura Militar e seus impactos sobre o estado do Amazonas ainda carecem de estudos e a disputa pela memória sobre esse importante período está em aberto. Muito ainda há a pesquisar sobre os impactos da Ditadura Militar sobre a região Amazônica e, mais concretamente, sobre o estado do Amazonas. Apesar da crença de que a região não sofreu com a repressão, a censura e o autoritarismo, desde muito cedo, os impactos da ditadura que se instalava se fizeram presentes. No entanto, embora esses impactos tenham sido sentidos desde os primeiros momentos do golpe, há uma profunda invisibilidade sobre a repressão ocorrida no estado e as formas e estratégias de resistência utilizadas pela população. Nesse sentido, neste artigo pretendo discutir a trajetória de uma das mais importantes lideranças sindicais amazonenses: Antogildo Pascoal Viana, presidente do sindicato dos estivadores no período da deflagração do golpe e que, em virtude de sua luta em defesa dos trabalhadores e de sua intensa participação nas greves que antecederam o golpe de 31 de março de 1964, foi uma das primeiras vítimas do aparato repressivo que se instaurava.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar. Amazônia. Biografia. Antogildo Pascoal Viana. Sindicatos.

## “WHAT DID THEY DO TO MY FATHER?”: UNIONISM AND DICTATORSHIP IN AMAZONAS

**Abstract:** The history of the Military Dictatorship and its impacts on the state of Amazonas still need to be studied. There is a big gap over the period and the dispute over the memory of the dictatorship is open. Much remains to be researched about the impacts of the Military Dictatorship on the Amazon and on the state of Amazonas. There is a widespread belief that the region has not suffered from repression, censorship and authoritarianism. Good mistake! From an early age, the region suffered the impacts of the dictatorship that was taking place. Although the impacts of the military dictatorship have been felt since the first moments of the coup, there is a profound invisibility about the repression in the state and the forms of resistance. In this sense, in this article I intend to briefly discuss the trajectory of one of the most important Amazonian union leaders: Antogildo Pascoal Viana, president of the dockers' union during the period of the coup's outbreak and who, due to his struggle in defense of workers and his intense participation in the strikes that preceded the fateful March 31, was one of the first victims of the repressive apparatus that was being established.

**Keywords:** Military dictatorship. Amazon. Biography. Antogildo Pascoal Viana. Unions.

## "QU'ONT-ILS FAIT À MON PÈRE?": UNIONISME ET DICTATURE EN AMAZONIE

**Resumé:** L'histoire de la dictature militaire et ses impacts sur l'état d'Amazonas doivent encore être étudiés. Il y a un grand écart sur la période et le différend sur la mémoire de la dictature est ouvert. Il reste beaucoup à rechercher sur les impacts de la dictature militaire sur l'Amazonie et sur l'état d'Amazonas. Il est largement admis que la région n'a pas souffert de répression, de censure et d'autoritarisme. Bonne erreur! Dès son plus jeune âge, la région a subi les effets de la

<sup>1</sup> O pesquisador possui Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Atualmente, é professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atuando tanto no Departamento de História quanto no Programa de Pós-Graduação em História. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UNIFAP. Atualmente, exerce a função de Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Ditadura e é membro do corpo editorial da *Canoa do Tempo*, da qual foi editor entre os anos de 2016-2018.

dictature en cours. Bien que les effets de la dictature militaire se soient fait sentir depuis les premiers instants du coup d'État, la répression dans l'État et les formes de résistance sont profondément invisibles. En ce sens, dans cet article, j'ai l'intention de discuter brièvement de la trajectoire de l'un des plus importants dirigeants syndicaux amazoniens: Antogildo Pascoal Viana, président du syndicat des dockers pendant la période du coup d'État et qui, en raison de sa lutte pour la défense des travailleurs et de son intense La participation aux grèves qui ont précédé le fatidique 31 mars a été l'une des premières victimes de l'appareil répressif qui se mettait en place.

**Mots-clés:** Dictature militaire. Amazon. Biographie. Antogildo Pascoal Viana. Les syndicats.

## “¿QUÉ HICISTE CON MI PADRE?”: UNIÓN Y DICTADURA EN AMAZONAS

**Resumen:** La historia de la Dictadura Militar y sus impactos sobre la provincia del Amazonas aún están por estudiarse. Hay una gran laguna sobre el periodo y la disputa por la memoria sobre la dictadura está abierta. Queda mucho por investigar acerca de los impactos de la Dictadura Militar sobre la Amazonía y sobre la provincia del Amazonas. Existe una creencia generalizada de que la región no ha sufrido con la represión, la censura y el autoritarismo. ¡Buen error! Desde muy temprana edad, la región sufrió los impactos de la dictadura que se instalaba. Aunque los impactos de la dictadura militar se hayan experimentado desde los primeros momentos del golpe, hay una profunda invisibilidad sobre la represión en la provincia y las formas de resistencia. Así, en este artículo tengo la intención de discutir brevemente la trayectoria de uno de los más importantes líderes del sindicalismo amazonense: Antogildo Pascoal Viana, presidente del sindicato de estibadores en el periodo del estallido del golpe y quien, debido a su lucha en defensa de los trabajadores y de su intensa participación en las huelgas que precedieron al fatídico 31 de marzo, fue una de las primeras víctimas del aparato represivo que se instauraba.

**Palabras-clave:** Dictadura militar. Amazonas; Biografía. Antogildo Pascoal Viana. Sindicatos.

### Introdução

Vivemos um cenário político bastante adverso, em que os esqueletos da Ditadura ameaçam sair dos armários, no qual os saudosistas do autoritarismo estão se sentindo muito à vontade para propagar seus preconceitos aos quatro ventos. Nesses tempos, o passado ameaça assustadoramente o presente! Ecos de um tempo que julgávamos superado se fazem ouvir com um realismo assustador! Fantasmas se levantam dos porões, ainda com seus grilhões e cheiro de sangue e urina! Vivemos um tempo em que é necessário defender o óbvio! Os direitos humanos novamente estão seriamente ameaçados com uma violência chocante.

Nesse sentido, diante de tentativas de reabilitação da Ditadura Militar e de apologias à tortura, torna-se imperioso que os historiadores se debrucem sobre esse tema e reafirmem, por meio de suas pesquisas, o significado desses anos de chumbo e as severas violações sobre os direitos humanos cometidas por um Estado ditatorial e autoritário, ou em nome dele. As disputas pela memória da Ditadura estão sendo travadas cotidianamente e parece que nós, historiadores, estamos em uma posição desfavorável.

Nesse artigo, buscamos realizar uma breve reflexão sobre as violências e violações cometidas pelo Estado autoritário brasileiro no Brasil e na Amazônia, contrastando-a com uma visão idealizada da Ditadura que busca invisibilizar e negar essas violências. Em um segundo momento, procuramos analisar sua influência no sindicalismo amazonense a partir da trajetória de Antogildo Pascoal Viana, sindicalista e estivador amazonense assassinado pela Ditadura Militar. O título do artigo faz alusão a uma reportagem publicada no jornal *A Crítica*, na qual a filha de Antogildo questionava: “O que fizeram com meu pai?” (*A Crítica*, 12/01/2003).

A articulação de conceitos como trabalho, ditadura, autoritarismo e repressão pode servir de chave explicativa para compreender não apenas o período inaugurado pelo golpe de 1964, mas, também, a emergência de um discurso fascista e os recentes ataques à legislação trabalhista, à Justiça do Trabalho, às Universidades e às políticas de preservação socioambiental.

### **A Ditadura Militar no Brasil e na Amazônia: disputas pela memória e uma história ainda em construção**

A eleição de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, deu estímulo a discursos de exaltação à Ditadura Militar e de apologia à tortura e aos torturadores. O próprio presidente, ao longo de sua trajetória, notabilizou-se pela intransigente defesa das violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro, utilizando camisetas com a imagem de ditadores como Emílio Garrastazu Médici, e fazendo frequentes alusões à memória do notório torturador Carlos Brilhante Ustra.

Após um longo período de constrangido silenciamento, ecos de vozes estridentes e raivosas emergem de seu retiro para defender as atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro em nome de um discurso genérico que se utiliza de elementos como o nacionalismo exacerbado, o fundamentalismo religioso<sup>2</sup>, o combate ao “comunismo” e a defesa da “família tradicional”, para justificar seus excessos e violências.

<sup>2</sup> Em 19/10, o Ministro da Educação Abraham Weintraub participou, em Manaus, do evento “Conferência para agentes públicos e políticos cristãos da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional”, proferindo a palestra “O novo Brasil na perspectiva cristã”. A escolha da Faculdade Boas Novas, uma faculdade evangélica localizada em frente à entrada do campus da Universidade Federal do Amazonas, é bastante emblemática. Para Lacerda, a discussão das relações entre religião e política e, particularmente, “o debate sobre os efeitos da mobilização política evangélica é de suma importância para a democracia brasileira”. O Brasil possui a quarta população evangélica do mundo totalizando, de acordo com o censo de 2010, aproximadamente 42 milhões de brasileiros que se declararam evangélicos (LACERDA, 2018, p. 20).

A vasta produção historiográfica sobre o tema, alicerçada em décadas de árdua pesquisa em variada documentação, vem sendo questionada por um discurso positivado da Ditadura, que confronta a pesquisa histórica com a memória reabilitada do período, sem considerar que História e Memória são formas distintas de acesso ao passado (JOUTARD, 2008, p. 48). Desse modo, ao analisar o golpe de 1964 e a Ditadura Militar, historiadores e professores têm sido instados a ensinarem a visão dos “dois lados”, acusando os historiadores de “doutrinação” e responsabilizando “a esquerda” por solidificar uma visão crítica ao golpe e à ditadura militar.

Os atuais responsáveis pelo Ministério da Educação defendem que não houve golpe nem ditadura, mas “um regime democrático de força”, divulgando que os livros didáticos de História passarão por uma revisão para que as crianças possam ter a ideia “verídica, real, do que foi a sua história”<sup>3</sup>. Tal atitude representa uma clara tentativa de censura e de imposição autoritária de uma “versão” sobre um fato de memória.

Em um texto de 2012, Pere Petit e Jaime Cuéllar (2012, p. 171) comemoravam que, “passados 27 anos do fim da ditadura civil-militar, o Brasil está, certamente, bem distante de medos de represálias típicos dos tempos de práticas ditatoriais”. Infelizmente, e para a tristeza de todos nós, parece que essa situação sofreu uma rápida transformação.

As disputas em torno da memória sobre a Ditadura Militar no Brasil se intensificaram, reforçando a necessidade de pensar criticamente nosso passado recente. Nesse sentido, Nora (1989, p. 52) destaca o fato de que toda história contemporânea deve ser entendida como “uma linha que separa a história hoje viva da história hoje morta”. A história do tempo presente torna-se, portanto, uma história “que fere, que faz sangrar, porque rema fatalmente na contracorrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma para sobreviver” (NORA, 1989, p. 53). Assim, falar sobre os tempos da Ditadura Militar implica abordar um passado repleto de memórias, afetos e sensibilidades. Tal passado é rememorado de forma idílica e nostálgica, opondo-se diametralmente a um presente fustigado pelo tempo.

O surgimento e o visível impulso alcançado pela História do Tempo Presente se dão, em grande medida, pela necessidade de recuperar o sentido do termo História Contemporânea (LOURENÇO NETO; RAMOS, 2014, p. 21). Para Hobsbawm (2005, p. 132), a História do Tempo Presente é aquela que corresponde ao tempo de vida do

<sup>3</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ministro-da-educacao-quer-revisao-dos-livros-didaticos-de-historia-sobre-golpe-a-ditadura-militar-23571864>. Acesso em: 10 mar. 2020.

próprio historiador, sendo uma “história inacabada” e, por natureza, uma história em construção. Carlos Fico (2012, p. 49) salienta que um dos problemas da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos, isto é, “a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar”.

Os usos da memória como fonte e como objeto de pesquisa histórica têm sido cada vez mais comuns entre historiadores que se debruçam sobre a História do Tempo Presente. E, sem dúvidas, a memória tem constituído uma fonte insubstituível, especialmente para a História Social dos anos recentes, sendo ainda possível recorrer a testemunhos de contemporâneos dos acontecimentos com o recurso da história oral.

Ambas (história e memória) têm em comum a representação do que foi e não é mais. Contudo, a ligação delas com o passado se faz de maneira distinta. A memória tem uma relação direta, afetiva com o passado, visto que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos, mas, ao mesmo tempo, constitui-se em memória coletiva. Nesse sentido, Halbwachs (1990) salienta que:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (1990, p. 81).

Mas, sem paradoxo algum, o que se faz constitutivo da memória é o “esquecimento”. Memória e história são, assim, duas vias de acesso ao passado, paralelas e obedientes a duas lógicas distintas. Para Halbwachs (1990, p. 75-76), a “lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada”.

No caso da região amazônica e, mais especificamente, no estado do Amazonas, embora existam importantes trabalhos que vêm buscando analisar as especificidades da região e a forma como a repressão, a censura e o autoritarismo se impuseram sobre a região, os estudos sobre o golpe de 1964 e a Ditadura Militar no Brasil ainda são incipientes e apresentam muitas lacunas. Para Edilza Fontes (2014, p. 240), a “historiografia paraense não consolidou um debate sobre o golpe de 1964. Não se fez ainda uma análise profunda da “insidiosa conspiração militar e civil antirreformista”.

O eixo integração-ocupação-desenvolvimentismo norteava as políticas do Estado brasileiro em relação à Amazônia e tinha como justificativa ideológica um nacionalismo exacerbado e a Doutrina da Segurança Nacional<sup>4</sup> que, imersa no contexto da Guerra Fria, legitimava a ocupação da Amazônia como forma de evitar que a região fosse tomada por elementos externos (QUEIRÓS, 2020, p. 358).

Diante da “cobiça internacional” (REIS, 1982, p. 127), as palavras de ordem no momento eram “integrar para não entregar”. Thiago Broni de Mesquita (2014, p. 161) destaca uma fala de Arthur Cezar Ferreira Reis, então governador do Amazonas, na qual ele afirma ser a Amazônia “o terceiro mundo do Brasil”, conclamando investimentos do grande capital. O discurso da desocupação e do subdesenvolvimento transformam a Amazônia na terra do não e do vir-a-ser, um discurso que enfoca a negação – não ocupada, não integrada, não explorada – a partir de uma visão teleológica de um progresso desejado, representado pela civilização e pelo desenvolvimento.

No entanto, não basta pensar de forma exógena, buscando compreender discursos, projetos e representações do Estado brasileiro sobre e para a Amazônia. É necessário, também, pensar a partir de um ponto de vista endógeno, buscando colocar em evidência os processos e os sujeitos históricos da região e tirar da escuridão trabalhadores, estudantes, “cabocos”, camponeses e indígenas, homens e mulheres que estiveram presentes naqueles anos em que, como escreveu o poeta Thiago de Mello, “se fez escuro”<sup>5</sup>. Manaus, que, no ano de 1964, possuía uma população de 189 mil habitantes<sup>6</sup>, era tida como uma cidade “provinciana e ilhada, capital de um estado reflexivo, distante do poder central”, “uma cidade de dimensões acanhadas, com uma economia incipiente ou em vias de estagnação” (MENDES, 2014, p. 26). Esse distanciamento dos grandes centros decisórios teria evitado que a cidade tivesse que enfrentar a repressão e as violências da Ditadura Militar, que teriam sido concentradas nos maiores centros urbanos. Tal visão deu origem a um certo clichê de que o estado não sofreu com a repressão, a censura e o autoritarismo. Ledo engano!

<sup>4</sup> No Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi a principal articuladora da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que conferia às forças armadas a função de definir e defender os objetivos nacionais, impondo aos militares o debate acerca da segurança nacional e das ameaças externas em um contexto de conflito econômico e ideológico e bipolaridade política em meio à Guerra Fria (FAGUNDES, 2014).

<sup>5</sup> “Já é quase tempo de amor/Colho um sol que arde no chão/Lavro a luz dentro da cana,/minha alma no seu pendão/Madrugada camponesa/Faz escuro (já nem tanto)/vale a pena trabalhar./Faz escuro mas eu canto/Porque a manhã vai chegar” (MELO, 2017, p. 35).

<sup>6</sup> Disponível em:

[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1965/populacao1965aeb\\_02.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1965/populacao1965aeb_02.pdf). Acesso em: 16 mar. 2020.



Desde muito cedo, a região sofreu os efeitos da ditadura que se instalava. Na primeira lista de cidadãos que tiveram mandatos e direitos políticos cassados em decorrência do Ato Institucional nº I, em 10 de abril de 1964, já estavam os nomes do ex-governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e do deputado federal Almino Monteiro Alvares Afonso, eleito pelo PTB em 1962<sup>7</sup>. No início de maio, o deputado Federal Arlindo Porto (PTB) teve seu mandato cassado após reunião ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), tendo sido preso logo em seguida (QUEIRÓS, 2019, p. 56). Arlindo Porto foi o primeiro deputado estadual a perder o mandato na Ditadura Militar. No âmbito municipal, o vereador Manoel Rodrigues da Silva, ex-dirigente do Sindicato dos Estivadores<sup>8</sup>, e seu suplente Othon Mendes, além do vereador Nathanael Rodrigues<sup>9</sup>, também tiveram seus mandatos cassados na Câmara de Vereadores de Manaus.

Em 14 de junho, foi a vez do governador Plínio Ramos Coelho (PTB) ter seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos (QUEIRÓS, 2016, p. 55). No entanto, mesmo com a deposição, o ex-governador não teve descanso e acabou sendo preso em virtude das denúncias de corrupção (QUEIRÓS, 2018, p. 19). No mesmo dia da prisão do ex-governador Plínio Coelho, o governador Arthur Cezar Ferreira Reis ordenou a ocupação militar do parlamento estadual (Jornal do Commercio, 11/08/1964). Arthur Reis ordenou ainda o fechamento dos jornais *O Trabalhista* e *A Gazeta* (Jornal do Commercio, 31/08/1986), ambos pertencentes ao grupo Difusão, sendo seus redatores enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Seu redator-chefe, Manoel José Antunes, foi preso e recolhido ao quartel da milícia (Jornal do Commercio, 13/08/1964). Os impactos dos projetos desenvolvimentistas na região foram particularmente nefastos para as populações indígenas. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>10</sup> apresenta a estimativa de que pelo menos 8.350 indígenas tenham sido mortos em todo o país durante o período investigado. Para o

<sup>7</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de abril de 1964. Manaus, 2014, p. 28.

<sup>8</sup> Em abril, o Sindicato dos Estivadores de Manaus sofreu uma intervenção militar. (*Jornal do Commercio*. Manaus, 28/04/1964, p. 1).

<sup>9</sup> Manoel Rodrigues da Silva, Othon Mendes e Nathanael Rodrigues integravam os quadros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Amazonas.

<sup>10</sup> Criada em novembro de 2011, a partir da lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade foi instalada no país em 2012 com um significativo atraso: quase três décadas após o fim da ditadura militar. Nesse tempo, muitos países latino-americanos que haviam passado por processos políticos similares estabeleceram comissões inspiradas nas orientações da Comissão de Direitos Humanos da ONU a fim de buscar a garantia dos direitos humanos e a luta contra a impunidade, bem como o direito à memória, à justiça e à verdade, o direito à reparação e à Reforma Institucional. Após dois anos de trabalho, a CNV entregou o Relatório Final de suas atividades para a então presidenta Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014.

estado do Amazonas, o impacto sobre a etnia dos Waimiri-Atroari é, talvez, o mais dramático (GOMES, 2015, p. 37).

Perseguição política, mandatos cassados, governadores depostos, fechamento do Legislativo estadual, confrontos e aposentadorias no Judiciário, fechamento de jornais, perseguição à imprensa, genocídio da população indígena, enfim, somente sem um olhar mais atento às fontes é que se poderia relativizar ou minimizar os impactos da ditadura e do autoritarismo no estado. Tal afirmação é claramente contrária a qualquer análise mais apurada do contexto local.

### **Sindicalismo e Repressão: o caso de Antogildo Pascoal Vianna**

Ao golpe civil-militar de 1964, se sucedeu uma intensa perseguição aos trabalhadores e a seus sindicatos. Lideranças sindicais foram presas, sindicatos foram fechados ou sofreram intervenção. Tal ação acabou por desarticular uma intensa mobilização que há décadas vinha sendo articulada pelos trabalhadores que, passo a passo, conquistavam seu espaço no cenário político e atuavam como agentes da vida pública, interferindo de maneira efetiva nos rumos da política brasileira.

O estado do Amazonas passou por um forte processo de organização sindical no pós-1945. Nesse contexto, destaca-se a figura de Antogildo Pascoal Vianna, estivador e sindicalista amazonense que foi assassinado alguns dias após a deflagração do golpe de 1964, cuja trajetória pode contribuir para a compreensão da forte perseguição que se abateu sobre os sindicatos. Filho de Elvira Pascoal Viana e Ranulfo Viana, Antogildo nasceu em Itacoatiara, município localizado no interior estado do Amazonas (AM), situado a 270km da capital.

Chegando em Manaus e começando a trabalhar no porto da cidade como estivador, foi eleito para presidente do Sindicato dos Estivadores de Manaus, em 1954, aos 27 anos de idade, iniciando um período de forte atuação no movimento sindical amazonense e brasileiro<sup>11</sup>. Nos anos seguintes, Antogildo exerceu forte influência no movimento sindical amazonense, participando ativamente das disputas políticas que atingiram o meio sindical naquele período. O destaque obtido por sua atuação no meio sindical levou a que ele concorresse a uma cadeira na Assembleia Legislativa do estado

<sup>11</sup> A eleição para a direção do Sindicato dos Estivadores ocorreu em 30/12/1953, tendo sido eleitos Antogildo Pascoal Vianna (presidente), Ruy de Castro Pereira (secretário) e Severino José Ribeiro (suplente). Ruy Pereira e Severino Ribeiro pediram renúncia de seus cargos em julho de 1954. Não foi possível apurar os motivos das renúncias. Porém, na véspera da assembleia extraordinária convocada para o dia 27/07, a fim de tratar dos pedidos de renúncia, o associado Domingos Martins dos Santos agrediu fisicamente Antogildo Pascoal Vianna. (Jornal do Commercio, 20/07/1954, p. 2; 27/07/1954, p. 2).



nas eleições de 1954, pelo PSD e na eleição suplementar de março de 1956 a uma cadeira na Câmara Municipal (Jornal do Commercio, 13/03/1956, p. 2), pelo mesmo partido, tendo ficado como suplente nas duas eleições.

Em agosto de 1958 ocorreu a eleição para a direção do Sindicato dos Estivadores<sup>12</sup>, na qual Antogildo Pascoal Vianna foi eleito para o terceiro mandato consecutivo. Naquele mesmo ano ocorreram as eleições para os cargos de governador do estado, deputados federais e estaduais e um senador. Para essas eleições, a Frente Democrática Popular (PSP, PSD, UDN, PDC, PRP) apresentou os nomes de Paulo Pinto Nery e Álvaro Maia, interventor no Estado durante o Estado Novo e ex-governador eleito, respectivamente para o governo do estado e para o Senado. Essa era uma tentativa de retomar o poder político no estado para o “alvarismo”, derrotado nas eleições de 1954. Nessas eleições, o PTB apresentou o nome de Gilberto Raposo Mestrinho, prefeito de Manaus indicado pelo governador Plínio Ramos Coelho para a sua sucessão, e Vivaldo Lima Filho para o Senado.

Diante do apoio do Sindicato dos Estivadores a Gilberto Mestrinho, a FDP fez publicar uma nota no *Jornal do Commercio* acusando Antogildo Pascoal Vianna de querer “monopolizar a consciência dos trabalhadores da estiva”. Na nota, a FDP afirmava que:

O Antogildo bem sabe que a maior parte dos estivadores está ao lado de Paulo Pinto Nery, para implantar no Amazonas um regime de ordem, de respeito, de decência, e evitar que meia dúzia de pelegos vivam à tripa forra, farreando com os dinheiros das contribuições dos associados.

Tu falas em Cain, maltratando teu companheiro pelo simples fato de ele não concordar com a tua bandalheira. Mas tu és pior do que Cain, tu és o Judas da classe, pois não trabalhas e vives de tripa forra, explorando os companheiros que ainda acreditam em ti e nos teus patrões Plínio Coelho e Edmundo Levy, os maiores perseguidores da classe operária no Amazonas.

Tu bem sabes que Paulo Pinto Nery não se pode comparar com os teus dois ídolos. Tu já estiveste no Partido de Paulo Nery e bem sabes que ele não topa bandalheira como teus patrões (Jornal do Commercio, 11/09/1958 e Diário da Tarde, 09/09/1958).

Nessas eleições de 1958, o PTB voltou a ter um resultado bastante significativo e consolidou sua posição no cenário político do estado, conquistando o segundo mandato consecutivo no executivo amazonense, com a vitória de Gilberto Raposo Mestrinho sobre o candidato da UDN, Paulo Pinto Nery; elegendo o senador Vivaldo

<sup>12</sup> A eleição ocorreu em 01 de agosto.

Lima Fº, que derrotou nas urnas o poderoso Álvaro Maia; três deputados federais (Arthur Virgílio Fº, João Veiga e Adalberto Vale), além de dez deputados estaduais<sup>13</sup>. Antogildo Pascoal Vianna concorreu ao cargo de Deputado Federal, pelo Partido Social Trabalhista (PST), partido que apoiava o PTB de Mestrinho, ficando na condição de suplente, tendo obtido 342 votos.

É interessante perceber que Antogildo Pascoal Viana, em virtude de seu forte compromisso com o Sindicato dos Estivadores, sempre colocou os interesses da classe acima dos interesses partidários. Embora tenha concorrido nas eleições de 1954 e de 1956 pelo Partido Social Democrático (PSD) de Álvaro Maia, nas eleições seguintes aproximou-se do PTB, de Plínio Coelho, tendo concorrido a uma cadeira na Assembleia Legislativa pelo PST.

No entanto, essa aproximação política ocorrida em 1958 não impediu que, nos anos seguintes, Antogildo Pascoal Viana fosse um dos principais articuladores dos movimentos paredistas que irromperam no estado durante os primeiros anos da década seguinte, como veremos mais adiante. Na condição de presidente do Sindicatos dos Estivadores, um dos mais importantes sindicatos da cidade, Antogildo foi uma importante liderança do movimento sindical amazonense, sendo um dos responsáveis pela construção da nova sede do sindicato, sita à rua Visconde de Mauá, nº 80, em março de 1960 (Jornal do Commercio, 26/03/1960).

Ao longo da década de 1950, as disputas pelos postos de direção das principais associações de trabalhadores no estado se acirraram. Com a criação, em 1944, da Casa do Trabalhador do Amazonas – considerada o “quartel general dos trabalhadores da terra cabocla” –, ela se torna o palco de disputas entre grupos ligados aos comunistas (PCB) e trabalhistas (PTB) (QUEIRÓS, 2019b, p. 232). Em fins de 1958, Manuel Amâncio de Oliveira, presidente do Sindicato dos Portuários, foi eleito presidente da CTA, tendo como secretária Maria Pucu Campelo, militante do PCB. A eleição de Oliveira ocorreu logo após ter liderado, na condição de presidente do Sindicato dos Portuários, uma greve que paralisou o porto de Manaus e na qual foi conquistado o aumento salarial de 22% (Jornal do Commercio, 25/10/1958). Com isso, a direção da Casa passa para o controle de trabalhadores ligados ao PCB.

<sup>13</sup> Os deputados estaduais eleitos pelo PTB em 1958 foram os seguintes: Anfremon D’Amazonas Monteiro, Arlindo Augusto dos Santos Porto, Belarmino Ferreira Lins Filho, Darcy Augusto Michelles, Austregésilo Mendes, Francisco da Gama Silva, Josué Cláudio de Souza, Manuel Alexandre Filho, Renato de Sousa Pinto e Stênio Neves.

Em dezembro de 1960 as eleições para a diretoria da Casa do Trabalhador do Amazonas evidenciaram o acirramento das disputas pelos cargos de direção entre os trabalhadores ligados ao PCB e os trabalhistas (VALENTE, 2005, p. 63). A eleição foi bastante conturbada e transcorreu em um clima de radicalização e denúncias de fraudes. Antogildo Pascoal Viana, Presidente do Sindicato dos Estivadores, declarou que havia “dedo de político” acirrando as rivalidades e provocando divisão no movimento sindical. Viana referia-se à influência do PTB sobre parte das lideranças sindicais que faziam oposição à gestão de Manuel Amâncio (PCB) e afirmava que “defendo a ideia esposada pelos atuais dirigentes da Casa do Trabalhador, marcando a realização do pleito” (Jornal do Commercio, 18/12/1960).

Com nova vitória da chapa ligada ao PCB<sup>14</sup>, as rivalidades e disputas encetadas nesse momento proporcionaram um racha no movimento sindical amazonense e provocaram uma diáspora de entidades sindicais: das 29 entidades que eram filiadas à CTA antes das eleições, permaneceram apenas 11 e os demais sindicatos solicitaram desfiliação da CTA e inauguraram uma nova sede – a Casa dos Sindicatos de Manaus (CSM). Com isso, o movimento sindical amazonense entra “rachado” na década de 1960.

Sobre esse “racha”, em janeiro de 1961, por ocasião da participação de Antogildo Pascoal Viana em uma reunião da categoria no Rio de Janeiro, ele afirmou que:

[...] a corrente que perdeu as eleições na Casa do Trabalhador está proclamando que não houve a publicação do Edital de Convocação, o que não é certo. Creio, sinceramente, não haver motivo para tais comentários. Desejo que os ressentimentos por acaso ainda existentes sejam esquecidos em definitivo, a fim de que um trabalho produtivo seja concretizado em favor da nossa Casa, que é, inegavelmente, a Casa do Trabalhador do Amazonas (Jornal do Commercio, 14/01/1961).

Sua afirmação corrobora a existência de uma animosidade entre as diferentes correntes sindicais do estado. Tal animosidade vai aparecer de forma bastante clara quando, por ocasião da renúncia do presidente Jânio Quadros, os sindicatos descontentes ligados à CSM publicaram uma nota de esclarecimento na qual criticavam duramente a “atuação degradante e apátrida da maioria dos dirigentes da CTA”, afirmando que:

<sup>14</sup> Essa chapa era composta por Francisco Washington (garçom), Walter de Souza Lima (motorista autônomo) e Manuel Amâncio (portuário).

[...] os trabalhadores não se deixam mais iludir por líderes de fãncaria e a eles caberá nas assembleias de suas entidades escolher o caminho da verdade. Aos trabalhadores de todas as categorias que neste momento de angústia e de transe da pátria comum confiam como confiamos nós que a democracia não será maculada com desordens e motins tão ao gosto dos comunistas (Jornal do Commercio, 03/09/1961).

A insatisfação dos sindicatos dissidentes com a deflagração da greve pode ser compreendida a partir da aproximação de suas principais lideranças com o partido que conquistara e se mantinha, desde 1954, no governo do estado: o PTB. Na mesma nota, os sindicatos dissidentes acusavam os diretores da CTA de serem empregados de Moscou e de publicar um jornal chamado *Novos Rumos*, no qual pregavam a subversão da ordem pública e a luta de classes.

No dia seguinte, Antogildo utiliza-se do direito de resposta para se defender de acusações feitas pelos dirigentes das outras associações sindicais (Diário da Tarde, 02/09/1961). Em sua resposta, ele afirma que:

Os improdutivos e diversionistas, comprometendo graciosamente e criminalmente o nome das entidades sindicais que dirigem, visando alcançar algumas sobras, tentaram, sem conseguir, atingir-me. Em virtude de terem assacado com fraseado dúbio contra o meu modesto porém erecto nome, sou forçado a usar o direito de responder-lhes em caráter pessoal, patenteando a exigência de provas que faço a todos os acusadores e caluniadores vulgares que se esvaem de inveja de minha pessoa. Nunca tive atitudes covardes! Nunca fui mascarado! Nunca fui oportunista! Tenho sido cumpridor dos meus deveres perante as instituições e meus companheiros trabalhadores e o povo, a quem sirvo com as atitudes mais elevadas e ao me alcance. Como dirigente de minha classe, tenho sido um lutador honesto e já recusei, com altivez, inúmeras propostas pelas quais teria que ceder direitos dos meus companheiros. A isso a máquina montada pelos a quem os signatários servem de bom grado e com os propósitos escusos, chamam de covardia (Jornal do Commercio, 03/09/1961).

Tendo sob seu controle os principais órgãos do sindicalismo amazonense, os comunistas passaram a liderar uma série de greves e manifestações no estado, acirrando ainda mais a disputa com o grupo “governista”<sup>15</sup>. Assim, em 25 de outubro de 1961, foi deflagrada em Manaus a greve dos bancários, protagonizada pelas lideranças da CTA, o que acentuou ainda mais os conflitos entre os dois grupos (os comunistas da CTA e os trabalhistas da CSM) (O Jornal, 01/09/1961).

<sup>15</sup> Devemos lembrar que no ano de 1954, foi eleito governador do estado Plínio Ramos Coelho, do PTB, inaugurando um período de hegemonia do partido no estado que só vai ser interrompido com sua cassação após o golpe de 1964 (QUEIRÓS, 2019c).

A partir de 1962, é possível perceber uma tentativa de reaproximação entre os dois grupos, aproximação articulada por Aviz Valente (CSM) e Luiz Barros Santana (CTA). Assim, foi convocada uma assembleia geral para o dia 10 de outubro de 1962, na sede da CSM, tendo três pontos de pauta: a) Fundação da CGT/AM; b) Eleição do Secretariado Executivo; c) Eleição do representante da CGT/AM para a plenária no CGT nacional. O ponto mais nevrálgico seria, certamente, o último (VALENTE, 2005, p. 73).

A fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas (CGT/AM) foi aprovada por unanimidade, com a participação de 26 entidades (VALENTE, 2005, p. 75). Após a aprovação da criação da CGT/AM, foi eleita a executiva estadual, tendo Aviz Valente (FTI) como presidente e com três representantes diretamente ligados ao PCB: Mauro Pinheiro, Manuel Rodrigues e Francisco Washington (presidente da CTA). A divisão do movimento sindical amazonense se refletia na composição da executiva estadual da CGT.

Ao chegar ao último ponto, a situação tornou-se mais tensa pois a escolha de um delegado estadual para representar o Amazonas na plenária da CNTI seria fundamental para a ocupação dos espaços políticos da nova entidade e, conseqüentemente, dos rumos do sindicalismo amazonense. Diante disso, os dois grupos disputaram de forma ferrenha a indicação do delegado estadual. As entidades ligadas à CSM indicaram o nome do gráfico Aviz Valente, então presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria (FTI) e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias (STI) dos Gráficos de Manaus, enquanto que os sindicatos e federações associados à CTA propuseram o nome de Antogildo Pascoal Vianna, presidente do Sindicato dos Portuários. A divisão entre os grupos era tamanha que o resultado da eleição acabou empatado: 13 votos para cada candidato. Após a recontagem, o sindicalista Clovis Barreto, do Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários de Manaus, sugeriu que o impasse fosse decidido por sorteio. A sugestão foi acatada por unanimidade e, após a realização do sorteio, foi dada a vitória a Aviz Valente (VALENTE, 2005, p. 77).

Por defender a todo o custo os interesses de sua classe, Antogildo envolvia-se em algumas brigas e disputas que acabavam chegando às vias de fato, o que lhe rendeu a fama de valentão.

Em 1957, após uma discussão com um associado, Antogildo Pascoal Vianna trava combate corporal com Orlando Rodrigues, que o fere com uma facada à altura do braço direito (Jornal do Comercio, 15/11/1957). Em abril de 1963, Antogildo foi

intimado a depor em um processo no qual era acusado, juntamente com o vice-presidente do Sindicato dos Estivadores, Jonas Ferreira das Neves, de ter atingido com tiros de espingarda um cidadão, na enseada do Maratapé (Jornal do Commercio, 16/04/1963).

Em abril de 1963, eclodiu em Manaus a greve dos tecelões, que contava com o apoio dos estivadores. Em março de 1963, o STI da tecelagem havia protocolado a pauta do pleito de reajuste salarial anual da categoria, reivindicando 100% de aumento junto ao patronato. Naquele contexto, a maior empresa do setor era a Brasil Juta, que empregava mais de 600 operários e liderou a resistência dos patrões. Diante desse cenário, o sindicato recorreu à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a fim de promover reunião conciliatória. Na reunião conciliatória de 14 de março, o sindicato propôs um aumento salarial de 40%, enquanto a Brasil Juta e algumas outras empresas do ramo - Razac, FiteJuta e Matinha - propuseram zero.

Tendo sido chamado para intermediar o impasse, o governador Plínio Coelho recebeu no Palácio Rio Negro, no dia 18 de abril, uma comissão de representantes da CGT, do STI de Tecelagem, da DRT e da Brasil Juta a fim de encontrar uma solução (Jornal do Commercio, 20/04/1963). Nessa reunião, foi solicitado pela empresa um prazo de 72 horas a fim de aguardar a chegada do diretor-presidente a Manaus, Álvaro de Souza Carvalho. Nos dias seguintes, Manaus assistiu a “marchas e contra-marchas” de movimentos paredistas em andamento: padeiros<sup>16</sup>, panificadores, juteiros e trabalhadores das indústrias de serrarias declararam-se em greve.

No dia 22 de abril, acompanhado de alguns de seus secretários, o governador Plínio Ramos Coelho foi à sede da CTA para tentar dissuadir os trabalhadores de darem prosseguimento à greve. Nessa ocasião, afirmou que “as baionetas estão voltadas contra vós e contra mim. Contra vós, se não saberdes respeitar a ordem, contra mim se não souber fazer respeitar a lei a ser mantida” (Jornal do Commercio, 23/04/1963), tendo solicitado que o prazo solicitado pelos empregadores fosse concedido e que a greve fosse suspensa até quarta-feira, 24 de abril.

Após a saída das autoridades, os representantes de sindicatos e associações operárias passaram a deliberar, ficando evidentes as disputas e as divisões existentes no sindicalismo amazonense: de um lado, Aviz Valente, presidente da CGT, buscando convencer os companheiros da necessidade de atender ao apelo feito pelo governador e

<sup>16</sup> Os padeiros acusavam as padarias de, na crise da farinha de trigo, deixarem de fabricar pão comum para produzirem apenas bolachas, roscas, biscoitos e outros artigos. (Jornal do Commercio, 19/04/1963).



da suspensão da greve até o prazo solicitado; de outro lado, Antogildo Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores, insistindo em permanecer de braços cruzados em solidariedade aos tecelões que deliberaram pela deflagração da paralisação na madrugada do dia 23. O pedido de prazo foi rechaçado pela assembleia e, diante do impasse, Aviz Valente (2005, p. 77) ameaçou renunciar à presidência da entidade.

Com a deflagração da greve dos tecelões, a polícia iniciou a repressão, prendendo grevistas e dispersando piquetes nas portas das empresas com a justificativa de garantir a liberdade de trabalho. A Casa do Trabalhador do Amazonas foi ocupada pela Polícia Militar. Antogildo Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores, foi preso, juntamente com Manoel Rodrigues, que mais tarde, se tornaria vereador de Manaus pelo PTB. No dia 26 de abril, diante de tamanha repressão, a maioria das categorias profissionais voltara ao trabalho. No entanto, os estivadores continuavam a ser uma pedra no sapato do governador Plínio Coelho e continuavam em greve, levando o governador a fazer a seguinte declaração: “o governo vai acabar com a greve. Faço um apelo dramático a que todos voltem ao trabalho, porque com Antogildo ou sem Antogildo o porto vai funcionar (Jornal do Commercio, 26/04/1963)”.

Em 27 de abril, a greve estava encerrada e os jornais noticiavam que a “sinfonia dos teares e ranger dos guindastes do cais do porto voltaram a dar vida à cidade” (Jornal do Commercio, 27/04/1963). Diante de tamanha perseguição, Antogildo Viana viajou para o sul do país, levando a justiça amazonense, por meio da 7ª Vara Criminal, a decretar a prisão preventiva do presidente em exercício do Sindicato dos Estivadores, Francisco Romão d Silva, incurso na Lei de Segurança Nacional (Jornal do Commercio, 11/06/1963).

Para Loureiro (2012, p. 373), o segundo semestre de 1963 foi marcado por uma intensificação das disputas entre empresários e trabalhadores por todo o país em virtude do acirramento dos conflitos distributivos após o fracasso do Plano Trienal<sup>17</sup>, com uma escalada sem precedentes do número de paralisações. Assim, na segunda quinzena de setembro (18/09), eclodiu o movimento grevista dos bancários que, tendo se iniciado em algumas instituições privadas, se espalhou para todo o setor e mesmo para outras categorias profissionais e afetando estados como Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e

<sup>17</sup> O Plano Trienal foi um plano idealizado pela equipe do então Ministro do Planejamento Celso Furtado e implementado em dezembro de 1962, no governo João Goulart, propondo a implantação de um conjunto de medidas de estabilização de curto prazo em um cenário econômico fortemente inflacionário.

Ceará<sup>18</sup>. No final da greve, a categoria obteve um reajuste médio 70% de aumento em seus salários, mais abono de 35% no ano seguinte. Esse movimento trouxe um impacto bastante negativo para João Goulart, que passou a ser acusado pela imprensa, pelas entidades patronais e por alguns parlamentares de oposição de ter interesse na deflagração do movimento e mesmo de tê-lo insuflado (Jornal do Commercio, 02/10/1963).

No dia 25 de setembro, acompanhando o movimento nacional, o Sindicato dos Bancários deflagrou nova paralisação que logo se alastrou para outras categorias profissionais da cidade, como os trabalhadores da estiva, os gráficos, os padeiros e os funcionários que trabalhavam na COPAM<sup>19</sup>. Novamente, o governador Plínio Coelho decretou a ilegalidade<sup>20</sup> do movimento e a prisão das principais lideranças, entre elas Antogildo Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores, e Napoleão Lacerda, presidente do Sindicato dos Bancários<sup>21</sup>.

Sobre Antogildo Viana, o governador afirmou que “não trabalha, mas ganha pelo suor alheio mais de cem mil cruzeiros por mês” (Jornal do Commercio, 29/09/1963). Para ele, os trabalhadores estariam sendo manipulados por “agitadores profissionais que visam a queda do regime democrático a fim de criar clima propício para um golpe da direita com a força, ou da esquerda com a foice” (Jornal do Commercio, 29/09/1963). A postura do governador manteve o tom de radicalismo e de enfrentamento aos grevistas, afirmando que “esmagarei haja o que houver, custe o que custar, quem tentar ferir a autoridade” (Jornal do Commercio, 29/09/1963).

No dia 01 de outubro, a greve no estado já havia sido encerrada. Nesse mesmo dia, o governador Plínio Coelho fez um longo pronunciamento nas rádios, no qual fazia um balanço da atuação do governo diante da crescente onda de movimentos grevistas que varria o estado, afirmando que os bancários do Banco do Estado do Amazonas (BEA) ganhariam 80% de aumento. Da mesma forma, a imprensa elogiava a postura vigorosa do governo contra os grevistas que traziam a desordem à cidade. A conduta intransigente adotada pelo chefe do executivo contra os grevistas contrasta com a

<sup>18</sup> Em Fortaleza, uma agência do Banco do Brasil foi invadida pelos grevistas, resultando na prisão de Jose Moura Belesa, presidente do Sindicato dos Bancários. (Jornal do Commercio, 28/09/1963).

<sup>19</sup> Companhia de Petróleo da Amazônia.

<sup>20</sup> É interessante observar que o presidente João Goulart resistiu à pressão das entidades patronais e se recusou a declarar a greve ilegal. Enquanto isso, Plínio Coelho, que assim como Goulart também era integrante do PTB e que também tinha uma trajetória política bastante próxima ao movimento sindical, decretou a ilegalidade do momento (QUEIRÓS, 2016).

<sup>21</sup> Napoleão Lacerda era acusado de manter sob cárcere alguns bancários na sede do sindicato para que não comparecessem ao trabalho.

imagem construída pelo então advogado e deputado Plínio Ramos Coelho que, no início de sua trajetória, tinha uma forte relação com o movimento sindical, tendo representado o interesse dos trabalhadores e de seus sindicatos em diversas ocasiões.

A atuação de Antogildo Pascoal Viana não ficou restrita à esfera estadual e, aos poucos, sua liderança e ascendência sobre os companheiros ia sendo reconhecida nacionalmente. Em janeiro de 1961, Antogildo participou de uma reunião da categoria na Federação Nacional dos Estivadores, no Rio de Janeiro. Na ocasião, ele foi indicado para, no ano seguinte, percorrer “os doze estados da região Norte” a fim de visitar os sindicatos daqueles estados (Jornal do Commercio, 03/03/1962)<sup>22</sup>. Sua importância na Federação Nacional dos Estivadores era crescente e, em março de 1962, Antogildo participou, na cidade de Recife, da II Conferência Nacional da Federação Nacional dos Estivadores (FNE)<sup>23</sup>, tendo sido um dos signatários do documento elaborado na conferência.

A forte atuação sindical e o destaque obtido fizeram com que Antogildo Pascoal Viana fosse fortemente vigiado pelas autoridades do Estado brasileiro, como é possível observar através da documentação da ABIN, disponível no relatório da CNV<sup>24</sup>. Os registros informam que Antogildo, “na condição de presidente do Sindicato dos Estivadores de Manaus, participou da greve geral, que paralisou o porto da cidade”<sup>25</sup>. Mesmo após a sua morte, em abril de 1964, continuava a ser considerado como perigoso comunista e agitador social, imputando culpa a outros militantes políticos que o conheceram ou que com ele conviveram.

No final de 1963, depois de uma série de prisões e desavenças no meio sindical amazonense, Antogildo Pascoal Viana mudou-se para o Rio de Janeiro, onde assumiu o

<sup>22</sup> Embora a divisão regional adotada em 1961 fosse (com algumas alterações) a proposta pelo IBGE em 1942, o jornal fez uso da expressão “estados do Norte” para designar os estados do Norte e do Nordeste (Maranhão, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Bahia, Amazonas, Pará e Acre – que só se tornaria oficialmente um estado em 1962, mas o projeto de lei estava sendo debatido no Congresso Nacional desde pelo menos 1957. Vale lembrar que o estado de Tocantins só foi criado com a constituição de 1988.

<sup>23</sup> Após uma tentativa de criação de uma federação da categoria durante o I Primeiro Congresso Nacional dos Estivadores, ocorrido em 1933, a Federação Nacional dos Estivadores foi efetivamente fundada em 1949, instalada no prédio do IAPETC, na Rua Santa Luzia, Rio de Janeiro.

<sup>24</sup> BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, Vol. II – Textos Temáticos, p. 61.

<sup>25</sup> DOSSIÊ sobre Antogildo Pascoal Viana. Agência Brasileira de Informação. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. p. 48.

Disponível em:

[http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa\\_Livre\\_Painel\\_Resultado.asp?v\\_CodReferencia\\_id=2088997&v\\_aba=2](http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2088997&v_aba=2). Acesso em: 10 mar. 2020.

cargo de tesoureiro da Federação Nacional dos Estivadores, passando a atuar tanto na FNE quanto no CGT.

Com a deflagração do golpe de 1964, a maioria dos dirigentes nacionais do CGT é presa de imediato e Antogildo Pascoal Viana, uma das principais lideranças do movimento sindical amazonense e que esteve envolvido em diversas lutas dos trabalhadores do estado, foi uma das primeiras vítimas da repressão. Durante o mês de abril, sindicatos, federações e confederações vinculados ao CGT sofreram intervenção: cerca de 350 sindicatos, 22 federações e as seis confederações de trabalhadores tiveram nesse período suas diretorias destituídas, sendo que muitos dos antigos dirigentes sindicais foram presos, outros se exilaram e houve mesmo os que desapareceram sem deixar vestígio (COSTA, 1981, p. 148). Segundo dados do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), sofreram intervenção cerca de 70% dos sindicatos com cinco mil filiados ou mais. Entre 1964 e 1970, 536 entidades foram atingidas, com o número de dirigentes sindicais cassados girando em torno de dez mil. Até 1970, foram atingidas 49 federações e 483 sindicatos<sup>26</sup>.

No dia 31 de março, às vésperas do golpe, no momento em que ocorria uma reunião do conselho de representantes da categoria, a sede da Federação Nacional dos Estivadores foi invadida por fuzileiros navais que entraram em conflito com os estivadores ali presentes, lançando diversas bombas de gás lacrimogênio pela janela e prendendo vários sindicalistas (SILVA, 2016). Em suas memórias, analisadas por Tiago Cedrez da Silva (2016), João Batista de Oliveira, líder sindical e estivador do Rio de Janeiro, conta detalhes sobre o episódio:

Na tarde 31 de março, véspera do Golpe, o conselho de representantes da Federação dos Estivadores estava reunido na sua sede à rua Santa Luzia, 173 - 7º andar, quando foi invadida pela polícia do Governador Lacerda. Eu podia me livrar facilmente porque no momento não me encontrava no salão de assembleia, mas preferi ir me juntar aos demais companheiros. Muitos, dos que fugiram, foram presos quando saíram do elevador. Quando o oficial da polícia deu ordem de prisão a todos que se encontravam no recinto e cuja ordem não acatada, eles responderam com bombas de gás lacrimogêneo. A maioria conseguiu se transferir para a sala da tesouraria e reforçar a porta com o cofre impedindo a entrada dos soldados que ficaram ameaçando atirar caso não nos entregássemos. Como continuamos irredutíveis, eles começaram a jogar bombas de efeito moral, como chamam, dentro do salão, pela janela. Eu, mais um outro, apanhávamos as bombas e por

<sup>26</sup> CUNHA, Maria Cardoso. Violações de direitos humanos dos trabalhadores. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, Vol. II – Textos Temáticos, p. 61.

outra janela, as jogávamos todas para o lado do prédio da Aeronáutica, que era contíguo ao nosso. Graças a isto, veio um oficial superior da Aeronáutica e dispersou os policiais. Naquela ocasião pensávamos que se tratava, apenas, de mais uma provocação do Governador ou dos outros órgãos reacionários, mas na verdade, já se tratava do golpe. Sabedores que fomos que vários companheiros, dos que conseguiram fugir da reunião, foram presos como: José da Luz, Luiz de Oliveira Junior (Rio de Janeiro), Wallace Perruche (Canavieiras) e muitos outros, procuramos nos refugiar no subúrbio da capital. Sendo aconselhado pelo companheiro Pacheco que podia retornar ao trabalho e à minha casa e família (OLIVEIRA, 1999, p. 154-155).

Ainda sobre esse episódio, o estivador Luiz Gustavo de Almeida Nascimento relata o episódio da seguinte maneira:

Na tarde do dia 31 de março de 1964, a polícia do Estado da Guanabara, chefiada pelo governador Carlos Lacerda, toma o prédio nº137 da Rua Santa Luzia, no Centro da Cidade, e dirige-se ao sétimo andar, onde estão reunidos o Conselho e representantes da FNE. A voz de prisão anunciada não é acatada. Alguns dos presentes conseguem refugiar na sala da tesouraria e fazem de um pesado cofre ali existente uma barricada para se proteger dos invasores. A polícia ameaça atirar, mas os estivadores resistem. Bombas de gás são jogadas na sala e imediatamente atiradas pela janela a um prédio ao lado, onde se localizava um quartel da Aeronáutica, chamando a atenção dos militares, que resolvem intervir, dispersando a polícia. Alguns estivadores foram presos ao tentarem deixar o prédio, entre eles Luiz de Oliveira Júnior, o “Luiz Boi-Búfalo”. Segundo Conta “Pereira Lira” [João Batista de Oliveira], todos pensavam que se tratava de mais uma provocação de Lacerda. Estavam enganados. A invasão já fazia parte do movimento golpista de 31 de março de 1964, chefiado pelos militares, que lançou o Brasil num longo período de ditadura (ALMEIDA, 2003, p. 139-140).

Naquele dia, o golpe se consolidava e a classe trabalhadora brasileira e, sobretudo, as parcelas mais atuantes nos sindicatos e associações se tornaram alvos preferenciais do aparato repressivo do Estado e da perseguição política que se desencadeou após aquele dia. Os sindicatos e suas principais lideranças sofreram uma atroz perseguição já nos primeiros momentos. Sobre a repressão que se originou após o golpe, João Batista de Oliveira afirma que:

As prisões continuaram e os estivadores combativos principalmente os presidentes de Sindicatos como: Dominginhos (de Santos), José Pinto Madureira (em Ilhéus). Pretextato José da Cruz (de Natal) conseguiu escapar por se achar no Rio de Janeiro; Antogildo Paschoal Viana (de Manaus), tesoureiro da Federação, foi encontrado morto no terraço do hospital do IAPETC, não se sabendo até hoje se foi jogado ou se suicidou. Posteriormente, foram presos: Eufraiano Nunes Galvão, Francisco Alves da Costa, estivador e deputado do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo José dos Santos e Benedito José dos Santos,

estivadores do Rio de Janeiro e muitos outros por todo Brasil. Uma pequena parte dos presidentes de sindicatos dos estivadores que não foram perseguidos nem presos, ficou comprovado que viviam dentro do movimento arrastados pelas circunstâncias, mas ligados ao mesmo tempo à reação (OLIVEIRA, 1999, p. 154-155).

Antogildo Pascoal Viana foi uma das vítimas dessa impiedosa perseguição. Alguns dias após a prisão, seu corpo foi encontrado no dia 08 de abril de 1964, depois de supostamente ter se atirado da janela do 5º andar do edifício do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores de Cargas (IAPETEC), localizado na avenida Brasil, no Rio de Janeiro (ALVES, 1996, p. 31). De fato, Antogildo foi torturado até a morte e lançado do prédio com o intuito de mascarar as reais causas de sua morte.

Ao longo do período, a prática de fazer com que as execuções parecessem suicídios era bastante comum, sendo o caso mais notório o do jornalista Wladimir Herzog. Outras lideranças sindicais tiveram o mesmo destino de Antogildo: José de Souza, membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, também teria falecido após se atirar pela janela do terceiro andar do prédio da Polícia Central quando se encontrava preso para averiguações pelo Departamento de Ordem e Política Social DOPS (ALVES, 1996, p. 31).

Sobre as circunstâncias da morte de Antogildo, o estivador Luiz Gustavo de Almeida Nascimento afirma que:

[...] além das sete pessoas mortas no dia 1º de abril, o companheiro Antogildo Pascoal Viana, estivador do Porto de Manaus e tesoureiro da FNE, foi encontrado morto no terraço do hospital do IAPETC, após ter sofrido uma “queda”. Ele guardava consigo uma volumosa quantia em dinheiro, pertencente à Federação, que foi confiscado pelo novo regime. Assim, a estiva oferecia à voracidade do novo governo uma de suas primeiras vítimas, que nem comunista era (ALMEIDA, 2003, p. 139-140).

No processo encaminhado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a viúva de Antogildo apresentou um bilhete de suicídio, que supostamente teria sido escrito por ele e no qual solicitava que seus restos mortais fossem transportados e enterrados no bairro da Colônia Oliveira Machado, em Manaus. O bilhete de suicídio apresenta em seus trechos finais a razão que teria levado o autor ao suicídio: “[...] pus fim à minha vida pois não podia suportar mais tanta doença e fraqueza mental. Sempre fui honesto para com todos e tudo, inclusive a pátria”, afirmando que “não sou nem nunca fui comunista”. No bilhete, manifestava o desejo de



ser enterrado na Colônia Oliveira Machado, em Manaus, pois “sempre desejei morrer no estado do Amazonas”.

A vida de Antogildo – e o bilhete de suicídio – se encerrava da seguinte forma: “Viva o Amazonas! Viva o Brasil! Viva a democracia cristã!”<sup>27</sup>. Sobre o bilhete, não pudemos apurar em quais condições foi escrito – possivelmente por meio de violência, coerção e/ou ameaças e em uma situação de cárcere. No entanto, como mencionado anteriormente, a prática de fazer com que as execuções parecessem suicídios era bastante comum e entendemos ser bastante plausível que isso tenha ocorrido com Antogildo.

Contrariando seu desejo de ser sepultado em Manaus, seu corpo foi enterrado no cemitério São Francisco Xavier, no bairro do Caju, no Rio de Janeiro, e desapareceu da cova seis meses após o enterro. Em matéria publicada no periódico *A Crítica* e intitulada “*O que fizeram com meu pai?*”, sua filha, Maria de Fátima, afirmou que, quando a família se dirigiu ao Rio com o objetivo de trazer os restos mortais para Manaus, soube que o corpo havia sido retirado da cova na qual Antogildo fora enterrado como indigente (*A Crítica*, 12/01/2003).

Antogildo Pascoal Viana foi uma das primeiras vítimas do golpe de 1964. Sua vida de lutas em defesa dos trabalhadores – em especial dos trabalhadores da estiva de Manaus –, foi abreviada pela violência do aparelho repressivo e da perseguição política que foram estimuladas após a vitória das forças conservadoras. Com Antogildo, morreu uma parte importante das lutas do movimento sindical amazonense e brasileiro.

No entanto, sua luta não foi em vão e seu legado continua a orientar as lutas sociais. Quem passa pela rua Visconde de Mauá, no centro de Manaus, ainda pode ver o prédio da sede do Sindicato dos Estivadores, construído sob a gestão de Antogildo. O salão de honra da nova sede recebeu, como forma de reconhecimento a seu empenho, o nome de Antogildo Pascoal Viana (ainda em vida). No ano de 2001, no bairro Novo Israel, foi inaugurada uma escola da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) cujo nome é uma homenagem a Antogildo: a Escola Estadual Antogildo Pascoal Viana.

<sup>27</sup> Dossiê sobre Antogildo Pascoal Vianna. Sistema de Informações do Arquivo Nacional. Fundo Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. p. 5. Disponível em: [http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado\\_pesquisa\\_new.asp?v\\_pesquisa=antogildo&v\\_fundo\\_colec\\_ao=](http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=antogildo&v_fundo_colec_ao=). Acesso em: 10 mar. 2020.

Antogildo veio a falecer em decorrência da violência exercida pelos agentes da repressão instruídos pela ditadura recém instalada no país<sup>28</sup>. Em decisão de 8 de dezembro de 2005, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Antogildo Pascoal Viana. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Refletir sobre o que ocorreu no Brasil durante esse nebuloso período de nossa história é de fundamental importância, principalmente nesses tempos em que discursos de intolerância e preconceito buscam reabilitar práticas tão desumanas e que tanto sofrimento trouxeram ao povo brasileiro.

## Referências

### Fontes:

Ato do comando supremo da revolução nº 1, de 10 de abril de 1964. Manaus, 2014.

*Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, Vol. III – Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Jornal do Commercio

Diário da Tarde

A Crítica

O Jornal

<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ministro-da-educacao-quer-revisao-dos-livros-didaticos-de-historia-sobre-golpe-a-ditadura-militar-23571864>

[https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1965/populacao1965aeb\\_02.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1965/populacao1965aeb_02.pdf)

### Bibliografia:

ALMEIDA, Luís Gustavo de. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ALVES, Márcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: 1996.

<sup>28</sup> *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, Vol. III – Mortos e Desaparecidos Políticos, p.132.*

BÊDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMARO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, 47-64.

COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)*. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981.

CUNHA, Maria Cardoso. Violações de direitos humanos dos trabalhadores. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, Vol. II – Textos Temáticos.

FAGUNDES, Ailton Laurentino Caris. Do Golpe à Ditadura: a Doutrina de Segurança Nacional e a Construção do Regime Militar. *OP SIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 60-78 - jan./jun. 2014.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia história*[online]. Belo Horizonte, 2012, vol. 28, nº 47.

FONTES, Edilza. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. *OP SIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 340-360, jan./jun. 2014.

GOMES, Eduardo. *Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos waimiri-atroari (1964-2014)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. O Presente como história. In.: HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória. *Revista Escritos: revista da Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, ano 1, n. 1, p. 223, 2007.

LACERDA, Fábio. *Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo*. Tese apresentada ao Programa de Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese de Doutorado, 2012, Programa de Pós Graduação em História Econômica/USP.

LOURENÇO NETO, Sydenham e RAMOS, Vinícius da Silva. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. *Aedos*, Porto Alegre: UFRGS, n. 15, v. 6, Jul./Dez. 2014.

MELO, Thiago de. *Faz escuro mas eu canto*. São Paulo: Global Editora, 2017.

MENDES, Amazonino. Apresentação. In: FIGUEIREDO, Paulo. *O Golpe Militar no Amazonas: crônicas e relatos*. 2ª ed., Manaus: s/ed., 2014.

MESQUITA, Thiago Broni de. Na fronteira amazônica: Abel Figueiredo e as memórias de uma “ditadura na floresta”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 16, p. 155-185, jan./jul. 2014.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques (et al). *A nova história*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1989.

OLIVEIRA, João Batista de. *O estivador no Sindicalismo*. Rio de Janeiro: Alves Pereira Editores, 1999.

PETIT, Pere. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o Golpe de 1964 no Amazonas. *Revista Mundos do Trabalho*. v. 8, p. 49-65, 2016.

\_\_\_\_\_. Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964 In: *Utopia e Repressão: 1968 no Brasil*. 1 ed., Salvador: Editora Sagga, 2018.

\_\_\_\_\_. O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho. *Antíteses*, Londrina, v. 11, n. 22, p. 542-562, jan-jul. 2019.

\_\_\_\_\_. A Casa do Trabalhador do Amazonas: o quartel general dos trabalhadores da terra cabocla (1944-1964). In: SPERANZA, Clarice. *História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019b.

\_\_\_\_\_. Papagaio que está trocando as penas não fala": Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do Golpe de 1964. *História – UNISINOS*. v. 23, n. 1 (2019c): Janeiro/Abril.

\_\_\_\_\_. “Amazônia em Armas”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Revista Labirinto*. v. 31, 2020.

REIS, Arthur. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Civilização Brasileira, 1982.

SILVA, Thiago Cedrez da. “Dos porões ao Cais”: Memória e experiência de estivadores do Rio Grande-RS nos anos de 1960 a 1969. Dissertação (Mestrado em História), Pelotas, PPGH/UFPEL, 2016.

VALENTE, Aviz. *CGT: antecedentes e protagonistas*. Manaus: Travessia, 2005.

*Artigo recebido em 10 de março de 2020. Aprovado em 21 de abril de 2020.*